

DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/san.v26i0.8651274>Feiras livres de Juiz de Fora e seus organizadores. Marques *et al.*

SEGURANÇA
alimentar e nutricional

Perfil dos organizadores e sua visão sobre as feiras livres de Juiz de Fora, Minas Gerais

Nadine Piller Albino Marques¹, Natália Ruza Ribeiro¹, Brenda Xavier Martins¹, Isabel Cristina Soares Campos¹, Priscila Cintra Figueiredo¹ e Mirela Lima Binoti²

As feiras livres são canais de comercialização de produtos oriundos, em sua maioria, da agricultura familiar e possuem estreita relação com a Segurança Alimentar e Nutricional. Foi realizado um estudo descritivo transversal, por meio de entrevistas com os organizadores das feiras livres da cidade de Juiz de Fora, avaliando variáveis socioeconômicas, demográficas e satisfação com o trabalho. Os dados foram tabulados e descritos por meio de frequências. Todos os participantes eram do gênero masculino com idade (média) de 55 anos ($\pm 9,2$ anos), casados e residentes da cidade. A maioria cursou 1^a a 3^a grau do ensino médio; possui renda familiar média de mais de 5 salários; estão satisfeitos com a função que exercem e tempo de trabalho maior que 5 anos. Relataram a existência de apoio dos órgãos superiores; boa receptividade dos consumidores e feirantes; importância de sua função; dificuldades e respectivas melhorias. As feiras livres contam com uma equipe para sua organização e gestão que depende de apoio para o bom desenvolvimento dos projetos. Por meio do presente trabalho, percebe-se o quão importante é o acesso ao conhecimento, para que se possa promover as ações de Segurança Alimentar e Nutricional.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional, feiras livres, organizadores.

Profile of the organizers and their vision about street markets of Juiz de Fora Minas Gerais

The street markets are sales channels of products from, in its majority, family agriculture, and they have visibility with regards to the Food and Nutritional Safety. A transversal-described study has been made through interviews to the managers of the free fairs of the city of Juiz de Fora, evaluating the social-economic and demographic variables, and work satisfaction. The data has been tabulated and described per frequency, the participants were males of age about 55 years-old ($\pm 9,2$ years), married and living in the city. Most of the have studied from 1st to 3rd grade of high school; family income of an average of more than 5 salaries; satisfied with their jobs and work experience of more than 5 years. They report the support of the governing bodies; good

¹ Nutricionistas. Curso de Nutrição – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

² Professora do Curso de Nutrição – Universidade Federal de Viçosa – UFV. Endereço para correspondência: Universidade Federal de Viçosa – UFV – Departamento de Nutrição e Saúde – DNS. Av. PH Rolfs s/n, CCBII, 5^a andar. Campus Universitário UFV – Viçosa – MG, CEP 36570-000. Tel.: +55 31 38992546. Fax: +55 31 38992541. E-mail: mirella.binoti@ufv.br

receptivity from the consumers and fair workers; how important were their positions; difficulties and improvements. The street markets can count with a team for its structure and management that depends on the support for the good development of the projects. Through the present work, one can see how important is the access to knowledge, so that it can aid in the actions of Food and Nutrition Security.

Keywords: Food and nutrition security, street markets, organizers.

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

As feiras livres são canais de comercialização de produtos oriundos, em sua maioria, da agricultura familiar regional^[1], no Brasil, constituem um mercado varejista ao ar livre, geralmente em movimentos semanais, sendo organizadas pela municipalidade como serviços de utilidade pública, cujo foco é a distribuição local de produtos básicos e alimentos^[2].

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste no direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso às outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde, respeitando a diversidade cultural, e que sejam sustentáveis nos âmbitos econômico, ambiental e social^[3]. A Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e outras providências, devendo reger toda ação sobre a SAN. As feiras apresentam visibilidade em relação à segurança alimentar e nutricional, pois são espaços que disponibilizam e permitem acesso aos alimentos social e culturalmente referenciados^[3]. Em consenso com a SAN, o Guia Alimentar para a População Brasileira traz consigo o princípio de melhores escolhas para uma alimentação saudável, considerando a classificação dos alimentos de acordo com seu grau de processamento, conferindo prioridade para alimentos *in natura* e minimamente processados^[4], os quais são encontrados em abundância nas feiras livres.

A produção municipal sofre influência direta das feiras livres, as quais são importantes constituintes do meio de trabalho, circundados por fatores do comércio varejista, como a estrutura fundiária, sistema de produção e organização dos mercados, gestão da cadeia de suprimentos e políticas de abastecimento^[5]. Sabe-se ainda que os incentivos governamentais, sejam

eles municipal, estadual ou federal, são de extrema importância para que esse comércio se expanda, de forma a atender a demanda da população e à economia, gerando mais empregos para o pequeno produtor, recursos para compra de materiais, suporte para a disponibilização dos produtos a serem vendidos, cadastramento dos produtores, assistência técnica e financeira nas fases de produção, beneficiamento e transporte, entre outras^[6].

A cidade de Juiz de Fora conta com um órgão responsável para gerir as feiras livres de forma direta, a Secretaria de Agropecuária e Abastecimento (SAA), composta pela seguinte equipe de atuação: secretário de agropecuária e abastecimento, coordenador geral e coordenadores de feiras. Compete à secretaria, estabelecer diretrizes da política rural do município, especialmente nos setores de agropecuária e abastecimento alimentar; promover pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural; apoiar e estimular o acesso dos produtores ao crédito e seguro rurais; fomentar acordos de cooperação e intercâmbio com órgãos e entidades oficiais; entre outros. Para desempenhar todas essas funções, os organizadores assumem a responsabilidade pelo estabelecimento de uma linha direta entre todos os recursos e a aplicação dos mesmos^[7].

O presente trabalho tem por objetivo traçar o perfil dos organizadores e conhecer as feiras livres de Juiz de Fora – MG.

MATERIAL E MÉTODOS

Um Projeto de Pesquisa e Extensão foi realizado nas feiras livres de Juiz de Fora, envolvendo três componentes das feiras livres: consumidores, feirantes e organizadores. Neste artigo serão apresentados os dados referentes aos organizadores.

Trata-se de um estudo descritivo transversal realizado entre os meses agosto a dezembro de 2016. Foram realizadas entrevistas utilizando um questionário semiestruturado e envolvimento dos responsáveis pela organização das feiras livres (como organizadores municipais e funcionários que realizam a fiscalização). O critério de inclusão dos participantes foi: todas as pessoas que integram a organização das feiras livres da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais (MG).

Foram avaliadas as variáveis: 1. Socioeconômicas e demográficas, como: gênero, idade, estado civil, cidade de residência, escolaridade, renda salarial; 2. Aquelas relacionadas à atividade desenvolvida, como: satisfação do funcionário, apoio dos órgãos superiores, receptividade do público e feirantes, o tempo de contribuição como organizador de feira, principais dificuldades encontradas no trabalho, importância da sua função e sugestões para melhoria. Os organizadores que concordaram em participar da pesquisa receberam todas as informações sobre o estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora (parecer nº 1.533.768). As informações coletadas foram transcritas e tabuladas no programa *Microsoft Excel*®⁷. Os dados foram descritos por meio da distribuição de frequências absolutas e relativas e foram processados e analisados por meio do programa *Epi Info*, versão 3.5.2.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados da pesquisa foi possível conhecer o perfil socioeconômico dos organizadores municipais das feiras livres de Juiz de Fora, além de sua visão sobre esse comércio varejista. No total foram entrevistadas 5 pessoas, sendo 3 coordenadores de feiras, responsáveis pela fiscalização; 1 coordenador geral e 1 secretário de Agropecuária e Abastecimento.

Por meio da análise do primeiro grupo de variáveis, foi notado que 100% (n=5) dos organizadores das feiras livres de Juiz de Fora são do gênero masculino, apresentam idade (valores médios) de 55 anos ($\pm 9,2$ anos), todos são casados e residentes da cidade de Juiz de Fora. O fato de todos os organizadores serem do gênero masculino pode reforçar a constatação que os valores culturais e sociais

ainda orientam o mercado de trabalho no tocante às diferenças entre os gêneros^[7].

Ainda quanto às variáveis socioeconômicas e demográficas (Tabela 1), à escolaridade apresentada por 60% dos entrevistados foi o 1º e 3º grau do Ensino Médio completo e 40% Ensino Superior completo. Esses resultados contrapõem-se com os períodos mais recentes, pois a exigência de qualificações para qualquer vínculo empregatício está inserida na constante disputa por salários e empregos melhores, que demandam maior escolaridade^[8]. O aumento da escolaridade favorece a participação do cidadão na economia da sociedade moderna^[9], além de permitir a ampliação de seus conhecimentos e capacidade de gestão^[10].

Tabela 1. Variáveis socioeconômicas e demográficas dos Organizadores das feiras livres de Juiz de Fora – MG

Variáveis		n	Frequência (%)
Escolaridade	1º e 3º grau do Ensino Médio	3	60
	Superior Completo	2	40
Renda familiar	Até 1 (um) salário mínimo	1	20
	1 a 3 salários mínimos	1	20
	3 a 5 salários mínimos	1	20
	Mais de 5 salários mínimos	2	40
Número de pessoas na casa	Até 2 pessoas	2	40
	De 3 a 4 pessoas	2	40
	5 ou mais pessoas	1	20
Total		5	100

Fonte: Os autores.

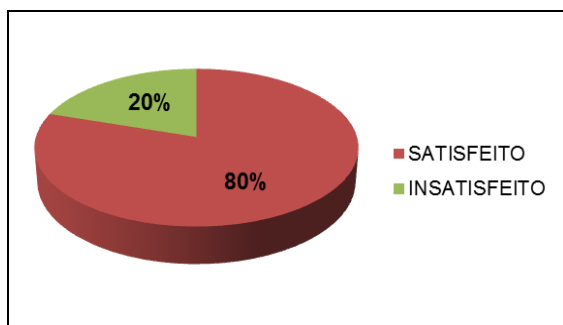
No tocante aos organizadores, apenas 1 declarou possuir renda familiar até 1 (um) salário mínimo, 20% (n=1) de 1 a 3 salários mínimos, 20% (n=1) de 3 a 5 salários mínimos e 40% (n=2) acima de 5 salários mínimos (Tabela 1). O mercado de trabalho possui como principal fator determinante de renda a escolaridade, o que ajuda o entendimento das diferenças salariais encontradas no presente estudo^[11].

A entrevista ainda tinha como questionamento (Tabela 1), quantas pessoas compartilham, com o gestor, a mesma casa. Os resultados mostraram que 2 responderam ter até 2 pessoas; 2 de 3 a 4 e 1 registraram 5 ou mais pessoas, o que pode ser explicado, em parte, pela queda da fecundidade e envelhecimento da população, que tem como consequência, a diminuição do tamanho e o arranjo das famílias^[12].

O segundo grupo de variáveis foi composto de dados sobre a satisfação de acordo com a função exercida. Entre eles, 4 se encontram satisfeito e apenas 1 insatisfeito (Gráfico 1). A satisfação é considerada pelas organizações, um fator influenciador da produtividade dos colaboradores e, para tanto, é necessário à compreensão dos principais fatores que interferem nesse aspecto^[13].

O bom relacionamento com os feirantes, relatado por 60% dos entrevistados (n=3) foi considerado como ponto positivo de satisfação, assim como a própria satisfação pessoal por exercer aquela função, citada por 80% (n=4). Já para os pontos de insatisfação temos como principal fator local inadequado para exercer as atividades (60%, n=3) e falta de organização na ordenação dos serviços (40%, n=2).

Gráfico 1. Satisfação dos organizadores das feiras livres da cidade de Juiz de Fora – MG., de acordo com a função que exercem



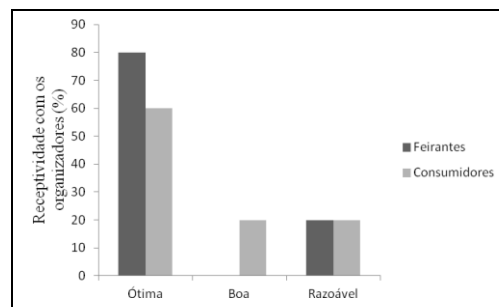
Fonte: Os autores

A totalidade dos organizadores das feiras livres entrevistados relata que existe apoio dos órgãos superiores, dentre os citados: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (100%; n=5), Secretaria de Agropecuária e Abastecimento (40%; n=2), Secretaria de Transporte e Trânsito (SETTRA) (20%; n=1) e Polícia Militar (20%; n=1). Essas parcerias são importantes para o bom desenvolvimento e aprimoramento das atividades de comércio presentes nas feiras livres, além de contribuir para a promoção da segurança alimentar e nutricional^[14], para a superação de obstáculos e no fortalecimento da relação feirantes/organizadores^[15,16].

Quanto à receptividade (Gráfico 2), a relação entre organizadores e feirantes foi considerada por 20% razoável e 80%, como ótima. Já em relação aos consumidores com os organizadores foi de 20%

razoável, 20% boa e 60% ótima. De modo geral, nota-se um bom “vínculo” entre organizadores e feirantes e organizadores e consumidores, para uma relação amigável e leve, permite resultados promissores na atividade exercida^[14].

Gráfico 2. Receptividade aos organizadores, com relação aos feirantes e consumidores das feiras livres de Juiz de Fora – MG



Fonte: Os autores.

Ainda como parte das variáveis do segundo grupo de questões, o tempo de contribuição como organizador de feira, foi citada a superação de dois anos por 20% e maior que 5 anos por 80%. A literatura especializada tem demonstrado que cabe ao gestor ter a capacidade de entender a realidade do convívio de diferentes gerações, dando o suporte e levando em conta a importância das diferentes opiniões, preparando os membros da organização para uma visão que respeite essas diferenças e, se bem administradas, podem contribuir para o sucesso da organização, pois o objetivo dos que convivem é o sucesso coletivo, que exige o bom entendimento entre todos os membros^[14].

Em relação às dificuldades encontradas feiras livres, foram citadas: 20% presença de camelôs no espaço destinado às barracas; 60% pouca segurança no decorrer do funcionamento das feiras e que nem sempre as solicitações são atendidas em tempo hábil; 20% citaram a resistência por parte dos moradores por impedirem o livre acesso às suas garagens; 20% com relação às condições de trabalho precárias (não existe espaço destinado para períodos de descanso ou realização de refeições), 20% banheiro químico não consegue atender à demanda no decorrer de funcionamento das feiras; 20% dos organizadores consideram a união entre os feirantes fraca, fato que no momento de viabilizar recursos e benefícios, 20% (n=1) considera o meio físico limitado por

interferência do tráfego local. Apesar da cidade de Juiz de Fora possuir uma Associação dos Profissionais Feirantes, nem sempre as ações planejadas são executadas devido à burocracia do aparelho público estatal, além do baixo nível de organização dos feirantes, dificultando a viabilização de melhores condições de trabalho^[17].

Os coordenadores de feiras e o coordenador geral julgam suas funções importantes no momento de organizar as barracas, alocar os feirantes em seus devidos lugares, verificar se os produtos comercializados estão em concordância com o previsto, horário de montagem e desmontagem das barracas; prestar assistência aos que solicitarem; conferir e fiscalizar suas licenças e pagamento das mesmas. O secretário de Agropecuária e Abastecimento por sua vez, acompanha o desenvolvimento das feiras; analisa as reclamações e problemas registrados pelos três componentes (organizadores, feirantes e consumidores). É confirmada a importância dessa atuação, notadamente com base no planejamento e gestão em feiras livres, com o reconhecimento da complexidade da tarefa, especialmente pela necessidade de articulação entre as diversas políticas públicas envolvidas, fazendo-as convergir para uma única direção e para isso, a gestão municipal deve dispor de técnicos para alcançar maior eficiência e eficácia^[18].

Assim, considerando o contexto, os gestores implementam ações que integram as deliberações do Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA. Cabe lembrar que em dezembro de 2017 foi publicada a Lei nº 22.806, de 29/12/2017 que dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Pesans, e organiza o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan. As ações da Pesans e em conjunto foi criado o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Plesans, considerado o principal instrumento para organização, gestão e execução das Pesans^[19].

Sobre as melhorias necessárias, segundo a visão dos organizadores, destacam-se, em primeiro lugar, maior atuação de segurança (policimento), para o pronto atendimento das demandas (60%), aumento do número de fiscais (20%), melhora dos salários e condições de trabalho (20%), apoio de órgãos

responsáveis na organização das feiras livres de Juiz de Fora (20%).

As feiras são espaços de negócio e de cultura, mas também podem inspirar programas de desenvolvimento. Desde o final da década dos anos 1980 até os dias de hoje os municípios dispõem de condições legais necessárias para formular programas locais, porém, encontram dificuldades que envolvem escassez de pessoal qualificado, peso da burocracia, arranjos e acordos dos poderes locais e a ausência de articulação. Certamente, a maior dificuldade para criar programas em apoio às feiras é a ausência de diálogos entre o setor público (prefeitura e suas agências) e as organizações da sociedade civil^[20].

CONCLUSÃO

A partir do estudo envolvendo os organizadores das feiras livres de Juiz de Fora, foi possível perceber o predomínio de homens casados, com escolaridade a partir do Ensino Médio e variabilidade da renda familiar. Esse tipo de comércio conta com uma equipe que julga suas funções de extrema importância na organização e otimização de recursos financeiros e humanos e muito dependente também de apoio para ampliação e o bom desenvolvimento dos novos projetos.

As feiras livres ainda apresentam, no universo contemporâneo, papéis fundamentais na geração de renda, promoção de saúde, segurança alimentar, identidade cultural de cada região, tradição e agricultura familiar, além da sociabilidade. Cada vertente que rege as feiras livres: organizadores, feirantes e consumidores, existe por uma razão, e essa cadeia somente funciona plenamente quando há um elo que permita discutir e dialogar sobre as possíveis dificuldades encontradas no cotidiano e como resolvê-las de forma eficaz, capacitando e empoderando os envolvidos, a partir de ações que promovam a segurança alimentar e nutricional.

Os estímulos para a implementação de estudos acadêmicos, notadamente aqueles que envolvam maior número de observações, devem ser adotados, contribuindo assim com subsídios para a implementação de ações eficientes e eficazes de promoção à garantia da segurança alimentar e nutricional.

REFERÊNCIAS

- [1] Figueiredo NC, Freitas AML. Agricultura familiar: Um estudo sobre a contribuição do Mercado Municipal de Montes Claros – MG para o trabalho e renda de pequenos produtores. *Revista Espacios*. 2016;37(01):14.
- [2] Mascarenhas G, Dolzani MCS. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. *Revista Eletrônica Ateliê Geográfico*. 2008;02(4):72-87.
- [3] Brasil. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento: da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: CONSEA; 2010.
- [4] Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.
- [5] Grisa C, Schneider S. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS; 2015.
- [6] Azevedo MBA, Nunes EM. As feiras da agricultura familiar: um estudo na rede Xique Xique nos territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi (RN). *Revista GeoTemas*. 2013;03(20):59-74.
- [7] Prefeitura de Juiz de Fora – MG. Secretaria de Agropecuária e Abastecimento [internet]. Juiz de Fora; 2017. [acesso em 2017 fev. 23]. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/saa>
- [8] Lameirão A. Mercado de Trabalho, Desigualdade Social e de Gênero. In: Anais do Seminário de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2011; Vitória. Vitória: UFES; 2011. p. 1-15.
- [9] Hoffmann R. Distribuição de renda e crescimento econômico. *Estudos Avançados*. 2001;15(41):67-76.
- [10] Sousa FHMS, Bonfim RM. Oportunidades e desafios para a inserção de pequenos produtores em mercados modernos. In: Navarro Z, Campos SK. A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível? Brasília: CGEE; 2013. p. 71-100.
- [11] Reis MC. Os impactos das mudanças na demanda por trabalho qualificado sobre o desemprego por nível de qualificação durante os anos noventa no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*. 2006;60(03):297-319.
- [12] Leone ET, Maia AG, Baltar PE. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. *Revista Economia e Sociedade*. 2010;19(1):59-77.
- [13] Brasil. Lei nº 11346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 2006 set. 18.
- [14] Alves JN, Silva AH, Vizzoto AD, Leo RM. Gestão de pessoas: gestores e colaboradores rumo a um novo horizonte. *Revista Interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão*. 2013;01(1):1-14.
- [15] Bustamante PC, Durães PG. O impacto da feira livre do bairro Major Prates da cidade de Montes Claros na renda dos feirantes. *Revista Desenvolvimento Social*. 2015;14(01):106-128.
- [16] Gazolla M. Segurança alimentar e nutricional e agroindústrias familiares: políticas públicas e ações locais. *Segur. Aliment. Nutr.* 2014;21(2):527-540.
- [17] Novelli JMN. Estado, administração e burocracia pública no Brasil (1995 a 2009). *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. 2011;1(1):124-138.
- [18] Queiroz TAN, Azevedo FF. Circuitos da economia urbana: arranjos espaciais e dinâmica das feiras livres em Natal – RN. *Revista Sociedade e Território*. 2012;24(1):115-133.
- [19] Minas Gerais. Lei nº 22.806, de 29 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável Pesans e organiza o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sisan no âmbito do Estado. *Diário Oficial de Belo Horizonte*. 2017 dez. 29.
- [20] Silva D, Castro JRB, Lopes KPS, Silva AO. Caracterização e análise da feira livre de Cruz das Almas – BA sob a ótica do planejamento e gestão municipal. *Revista Caminhos da Geografia*. 2014;15(49):1-13.